

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O EstadoClass.: 1.87Data: 03.05.89

Pg.: \_\_\_\_\_

XANXERÊ

**Índios caingangues querem vender árvores da reserva**

Os índios Caingangues da reserva indígena Xapecó, situada no município de Xanxerê estiveram ontem em Florianópolis para pedir à procuradora geral da República, Ela Castilhos que interceda junto ao IBDF para a cedência de mudas de árvores nativas que foram derrubadas por eles e vender a madeira "para a nossa subsistência e pagar as dívidas deixadas pelo cacique anterior", disse Orides Belino Corrêa dos Santos, líder comunitário, que está envolvido no processo instaurado pela Polícia Federal sobre a comercialização e derrubada ilegal das árvores.

Segundo os líderes caingangues, a Reserva Xapecó sofre diversos problemas econômicos, "pois a Funai não nos dá recurso, além de ter sido conivente — junto com o IBDF — com o desmatamento". Assim, segundo eles, é preciso retirar dinheiro da comunidade para pagar um professor de língua indígena (caingangue e tupi-guarani) para as crianças não perderem o contato com suas origens. A reserva, de 15,9 mil hectares está com 70% de sua mata nativa devastada e apenas 30% continua em pé. "E nós não deixamos ninguém tocar", avisou o presidente do conselho da reserva, Vicente Focacé Fernandes.

O interessante da vinda dos índios a Florianópolis não é o fato de pedir auxílio à Procuradoria Geral da República, alegando dificuldades financeiras, acusando a Funai e IBDF — que já está extinto — de não fornecer mudas para o reflorestamento e uma infinidade de

outras queixas; e sim o fato dos próprios dematadores assumirem o delito alegando que toda a madeira era vendida para conseguir recursos para saldar as dívidas do ex-cacique José Domingos Palhano, deposto no final do ano passado, como exemplo o caminhão apreendido pela PF carregado de toras que seriam comercializadas para a Madereira Locatelli, de Xaxim, para pagar a carne adquirida por Domingos para a festa do Dia do Índio do último ano.

A comunidade da Reserva Xapecó aproveitou o terreno devastado para cultivar milho, soja, feijão e arroz e o dinheiro da produção é revertido para a própria comunidade a título de pagamento de enfermeiras, funcionários do posto médico, tratorista e professores. Atualmente a reserva tem 3.800 índios, sendo que 800 são crianças e todos carecem de atendimento médico-odontológico.

"Nós ficamos seis meses sem um dentista, pois a Funai não manda ninguém para lá", acusou Orides. "E utilizamos nossos recursos sem poder, pois deveriam ser utilizados para investir na nossa lavoura", completou.

A procuradora geral da República, Ela Castilhos, prometeu aos índios que tentaria arrumar uma solução para seus problemas o mais breve possível e os índios sequer deram um prazo a ela, mas disseram que se nada for resolvido lutarão para conseguir a independência da Funai, que é o órgão tutor dos índios brasileiros.